

ano 20 – n. 78 | julho/setembro – 2022
Belo Horizonte | p. 1-240 | ISSN 1678-7072
R. bras. de Dir. Público – RBDP

**Revista Brasileira de
DIREITO PÚBLICO**

RBDP

FORUM
CONHECIMENTO JURÍDICO

Sumário

DOCTRINA

ARTIGOS

O semipresidencialismo: notas sobre a possibilidade de sua adoção
(ou readoção) no Brasil

Rodrigo Tostes de Alencar Mascarenhas	9
I Introdução	9
II Nota histórica e conceito de semipresidencialismo	10
III O semipresidencialismo português e francês	14
III.1 Escolha e demissão do Governo	14
III.2 A condução do Governo	15
III.3 A escolha de agentes e a participação do Presidente	18
III.4 A possibilidade de dissolução do Congresso	20
IV Condições para um semipresidencialismo no Brasil	20
IV.1 A experiência semipresidencialista de 1961	20
IV.2 Semipresidencialismo novamente?	21
IV.3 Outros obstáculos ao semipresidencialismo	26
Referências	28

O elemento subjetivo do tipo na nova Lei de Improbidade Administrativa:
avanço ou retrocesso?

Rita Tourinho	31
1 Introdução	31
2 O elemento subjetivo dos tipos de improbidade administrativa na nova perspectiva da Lei nº 14.230/2021: o que resta?	35
3 A falácia da impropietade da culpa no ato de improbidade por prejuízo ao erário: contornos já trazidos pela Lei nº 13.655/2018	39
4 Redução indevida da improbidade por violação de princípios sob a perspectiva da segurança jurídica	45
5 Conclusão	51
Referências	52

Aspectos legais da regulamentação da Educação Física brasileira

Marcus Peikriszwili Tartaruga, Manoel Carlos Ferreira da Silva, Luigi Chiaro	55
1 Introdução	55
2 CONFEF	58
3 O direito de fiscalizar	60
4 A atuação profissional estabelecida em lei	61
5 Considerações finais	64
Referências	64

A inconstitucionalidade do art. 23-C da Lei de Improbidade Administrativa

Rafael Carvalho Rezende Oliveira	67
1 Introdução	67
2 Visão geral da reforma da LIA	68
3 O estado da arte da discussão da reforma da LIA no STF	69

4	A inconstitucionalidade do art. 23-C da LIA	74
5	Conclusões	77
	Referências	77

O regime de nulidades da Lei nº 14.133 – Uma importante consolidação do estado da arte das nulidades no Direito Administrativo

Daniel Polignano Godoy	79	
1	Introdução	79
2	Comentários a respeito do regime de nulidades previsto na Lei nº 8.666/93	81
3	Da evolução legislativa, doutrinária e jurisprudencial quanto ao regime de nulidades no regime do Direito Administrativo	91
4	O regime de nulidades incorporado pela Lei nº 14.133	95
5	Conclusão	101
	Referências	102

A pessoa jurídica de direito público como vítima de dano moral nas ações de improbidade administrativa: uma análise crítica da doutrina e da jurisprudência

Cristina Borges Ribas Maksym	105	
1	Introdução	105
2	A titularidade de direitos fundamentais pela pessoa jurídica de direito público	106
3	A possibilidade de a pessoa jurídica de direito público ser vítima de dano moral ..	110
4	As ações de improbidade administrativa e a reparação do dano moral da pessoa jurídica de direito público	116
5	Conclusão	123
	Referências	124

Efeito *backlash*: uma análise dos casos mais emblemáticos à luz de teorias constitucionais

Letícia Pereira de Alvarenga Tavares, Thais Carreira	127	
	Introdução	127
1	O ativismo judicial e o efeito <i>backlash</i>	129
1.1	Efeito <i>backlash</i> na jurisdição constitucional brasileira	129
2	Teorias constitucionais e o diálogo entre juristas	131
2.1	Na visão de Ronald Dworkin	132
2.2	Na visão de Robert Post e Reva Siegel	134
2.3	Na visão de Cass Sustein	135
3	Casos emblemáticos com efeito <i>backlash</i>	138
3.1	ADI 4.983: caso da (in)constitucionalidade da vaquejada	138
3.2	STF. ADI 4.277 e ADPF 132: o reconhecimento da união estável para pessoas do mesmo sexo	139
3.3	ADO 26 e MI 4733: criminalização da homofobia e da transfobia	140
3.4	ADPF 442: a legalização do aborto até o terceiro mês da gestação	142
3.5	Discussão sobre a prisão provisória em segunda instância	143
	Conclusões	145
	Referências	146

Relação Estado-Igreja, laicidade e liberdade religiosa: análise crítica da ADI nº 4.439 do Supremo Tribunal Federal sobre o ensino confessional em escolas públicas

Ari Timóteo dos Reis Júnior	149
Introdução	149

1	A norma constitucional padrão da liberdade religiosa no Brasil e o propósito da ADI nº 4.439	152
2	Do voto vencido	155
3	Da jurisprudência do Tribunal	159
4	A liberdade religiosa para além do julgado do Supremo Tribunal Federal	162
4.1	Modelos de relação Estado-Igreja e secularismo	162
4.2	A intrincada questão da neutralidade	167
4.3	Direito fundamental à liberdade religiosa e seus reflexos sobre a relação Estado-Igreja	176
4.4	Ensino religioso em escolas públicas	180
5	Considerações finais	186
	Referências	187

A responsabilidade estatal decorrente de procedimentos licitatórios: os impactos dos contratos firmados com taxa de administração negativa

Rodrigo Crepaldi Perez Capucelli	189	
1	Introdução	189
2	As finalidades do procedimento licitatório e do contrato administrativo	191
3	O contrato administrativo com taxa zero ou negativa	194
3.1	A intermediação financeira a custo da sociedade	196
3.2	A “outra ponta da cadeia”	199
3.3	O enriquecimento indevido do Estado	200
3.4	A responsabilidade do Estado diante de sua convivência	202
4	Considerações finais	203
	Referências	205

JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

ACÓRDÃOS NA ÍNTEGRA

Supremo Tribunal Federal

ED em Recurso Extraordinário – Tema nº 942 – Repercussão geral – Servidor público – Aposentadoria especial – Tempo de serviço prestado em atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física – Conversão do tempo especial em comum – Contagem diferenciada – Aplicabilidade das normas do RGPS – Possibilidade até a edição da EC nº 103/2019 – Modulação dos efeitos da decisão – Impossibilidade – Inexistência de mudança de entendimento – Esclarecimentos. Embargos de Declaração no Recurso Extraordinário nº 1.014.286/SP	211
---	-----

Supremo Tribunal Federal

Agravo no Recurso Extraordinário – Direito Administrativo e Previdenciário – Agente Penitenciário – Atividade policial – Lei Complementar nº 51/1985 – Aposentadoria especial – Conversão de tempo de serviço especial em tempo comum – Inaplicabilidade do Tema nº 942 – Ausência de ofensa constitucional direta. Agravo Regimental no Recurso Extraordinário com Agravo nº 1.396.887/DF	217
--	-----

Supremo Tribunal Federal

ADI – Embargos de declaração – Ilegitimidade de <i>amicus curiae</i> – Não conhecimento – Lei estadual que garante estabilidade a servidores que ingressaram no serviço público sem concurso – Inconstitucionalidade – Modulação dos efeitos. Embargos de Declaração na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.221/ES	223
--	-----

Supremo Tribunal Federal

Agravo Regimental em Recurso Extraordinário – Previdenciário – Servidora pública aposentada – Estabilidade do artigo 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) – Impossibilidade de equiparação entre servidores estáveis não efetivos e servidores efetivo – Vinculação ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS). Agravo Regimental no Recurso Extraordinário nº 1.375.560/TO 229

Instruções para os autores..... 239